

**PROCESSO N.º:** 003808/2025-TC

**INTERESSADO:** Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

**ASSUNTO:** Inscrição no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (IV CITC)

**DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. INSCRIÇÃO DE SERVIDORES E MEMBROS EM EVENTO. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE JURÍDICA.**

**I. Caso em exame**

1. Solicitação da Presidência do TCERN de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, visando à inscrição de servidores e Membros no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, promovido por entidade com notória especialização na área de capacitação técnica de órgãos de controle.

**II. Questão em discussão**

2. Análise da viabilidade jurídica da contratação direta com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, diante da demonstração de notória especialização.  
3. Verificação do atendimento dos requisitos documentais exigidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021 para instrução do processo de inexigibilidade, incluindo justificativa de preço, dotação orçamentária e minuta de ordem de serviço.

**III. Razões de opinar**

4. A contratação direta encontra respaldo legal no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a inviabilidade de competição e a notória especialização da contratada.  
5. A documentação acostada aos autos evidencia a especialização da entidade contratada (ev.07), a razoabilidade dos preços praticados (ev.08) e o atendimento aos requisitos legais para formalização do processo de inexigibilidade.  
6. A minuta de termo de inexigibilidade (ev.16) apresenta fundamentação compatível com a hipótese legal, e a minuta de ordem de serviço (ev.10) está apta à formalização da contratação.

**IV. Resposta**

7. Possibilidade jurídica de contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021, ate



ndidos os pressupostos legais e documentais.

8. Opina-se favoravelmente à continuidade do procedimento administrativo, ressalvadas as análises de mérito administrativo e conveniência pela autoridade competente.

**Dispositivos relevantes citados:** Lei nº 14.133/2021, arts. 23, §1º, II; 72; 74, III, "f"; LC Estadual nº 411/2010, art. 3º.

### **PARECER N.º 479/2025 – CJ/TC**

#### **I - RELATÓRIO**

01. Trata-se de demanda da Presidência (ev.04), solicitando a contratação da inscrição de servidores e Membros do TCERN no "IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (IV CITC)".

02. A propósito de tal solicitação, os autos foram instruídos com as seguintes peças: documento de formalização da demanda (ev.04); termo de referência (ev.05); proposta comercial (ev.06); documento que demonstra a notória especialização da entidade a ser contratada (ev.07); documentos que comprovam a vantajosidade econômica, através de contratações similares com órgãos públicos (ev.08); minuta de ordem de serviço (ev.10); informação acerca da existência de dotação orçamentária para dar suporte a contratação (ev.13); minuta de termo de inexigibilidade de licitação (ev.16).

03. Por ordem da Secretaria de Administração (ev.17), os autos foram assim enviados a esta unidade consultiva para análise e parecer, o que, somado à exigência da Lei n.º 14.133/2021, art.72, enseja a presente peça.

04. É o breve relatório. Passo a opinar.

#### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

05. Preliminarmente, cumpre registrar que a corrente manifestação



considera, exclusivamente, os elementos dispostos nos autos até o momento e que, com base no art. 3º da Lei Complementar Estadual n.º 411/2010, cabe a esta unidade consultiva prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo, portanto, qualquer ingerência em questões relacionadas à conveniência e oportunidade dos atos praticados nem dos aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

06. No mérito, tem-se que a possibilidade de contratação direta da qual versam os autos é fundamentada na hipótese da Lei n.º 14.133/2021, art. 74, inciso III, "f":

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:  
(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)"

07. Em vista disso, pressupõe-se – necessariamente – a existência de uma inviabilidade de competição, devidamente comprovada, que justifique a inexigibilidade da licitação.

08. Nesta senda, foi apresentado documento que demonstra a notória especialização da contratada na realização de eventos deste tipo (ev.07). Tais documentos devem ser conjugados, pela autoridade competente no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, com o quanto exposto no Termo de Referência (ev.05).

09. Quanto à justificativa do preço, os documentos presentes nos autos (ev.08) cumprem a prova da economicidade e razoabilidade desejáveis nas contratações diretas, conforme que prescreve o art.23, § 1º, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 e a Orientação Normativa n.º 17, de 01 de abril de 2009, da Advocacia-Geral da União:



“A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.”

010. Os documentos que compõem os autos atendem, no que é pertinente à espécie de contratação, à exigência do art.72 da Lei n.º 14.133/2021:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

011. A minuta de termo de inexigibilidade de licitação (ev.16), contempla





os elementos fáticos e jurídicos que dão suporte à via escolhida para contratação, assim como a minuta de ordem de serviço (ev.10) está apta para materializar a avença.

### **III – CONCLUSÃO**

012. Por todo o exposto, esta unidade consultiva opina pela possibilidade jurídica da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com arrimo na Lei n.º 14.133/2021, art. 74, inciso III, "f".

013. É o parecer, salvo melhor juízo.

Natal, 26 de novembro de 2025.

*Assinado Eletronicamente*

**Daniel Simões B. N. de Oliveira**

Consultor Jurídico

Coordenador Jurídico – Coordenadoria Administrativa





**DESPACHO**

Aprovo o Parecer nº 479/2025-CJ/TC, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 4º, I, do Anexo Único da Res. 009/2015-TC.

Remetam-se os presentes autos à Secretaria de Administração.

*Assinado eletronicamente*

**Leonardo Medeiros Júnior**  
Consultor-Geral

